



## Atos Normativos

### INSTRUÇÕES NORMATIVAS COGER/SUSEP

Data	Documento	Resumo
23-Set-2022	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP n.º 3 de 23/09/2022</u></a>	Cria o Repositório de Conhecimento e disciplina o processo de trabalho "Disseminação de Conhecimento" na Unidade de Corregedoria - COGER/SUSEP.
25-Out-2022	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022</u></a>	Disciplina o processo de trabalho "Capacitação dos Servidores da COGER".
28-Jun-2024	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 8, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u></a>	Disciplina o Fluxo de Tratamento das Denúncias à Corregedoria (COGER) da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e dá outras providências.
20-Ago-2025	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 10, DE 20 DE AGOSTO DE 2025</u></a>	Disciplina a Gestão dos Processos Administrativos Disciplinares - PAD na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### INSTRUÇÕES NORMATIVAS CONJUNTAS

Data	Documento	Resumo
22-Out-2024	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 4, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024</u></a>	Elucidação do termo "Tratamento de Denúncias" no contexto do Programa de Integridade (inciso IV - do parágrafo 1º, art. 5º da RESOLUÇÃO SUSEP Nº 34, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023).

## LEIS FEDERAIS

Data	Documento	Resumo
11- Dez- 1990	<a href="#">LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</a>	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
02- Jun- 1992	<a href="#">LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992</a>	Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o §4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.
03- Mar- 1998	<a href="#">LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998</a>	Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.
29- Jan- 1999	<a href="#">LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999</a>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
18- Nov- 2011	<a href="#">LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011</a>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
01- Ago- 2013	<a href="#">LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</a>	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
14- Ago- 2018	<a href="#">LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018</a>	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
05- Set- 2019	<a href="#">LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019</a>	Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## DECRETOS

Data	Documento	Resumo
30- Jun- 2005	<a href="#">DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005</a>	Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
09- Dez- 2020	<a href="#">DECRETO Nº 10.571, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020</a>	Dispõe sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal.

11-Jul-2022	<a href="#"><u>DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022</u></a>	Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
-------------	--	--

## **DELIBERAÇÕES SUSEP**

Data	Documento	Resumo
19-Mar-2015	<a href="#"><u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 171, DE 19 MARÇO DE 2015</u></a>	Altera e consolida a Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic, da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
06-Dez-2019	<a href="#"><u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 233, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019</u></a>	Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
05-Mar-2020	<a href="#"><u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 235, DE 05 DE MARÇO DE 2020</u></a>	Dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC.

## **RESOLUÇÕES SUSEP**

Data	Documento	Resumo
02-Mai-2022	<a href="#"><u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 14, DE 02 DE MAIO DE 2022</u></a>	Disciplina o processo administrativo normativo da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
15-Jul-2022	<a href="#"><u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2022</u></a>	Aprova o Código de Ética Profissional do Agente Público da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

## **RESOLUÇÕES CNSP**

Data	Documento	Resumo
25-Abr-2024	<a href="#"><u>RESOLUÇÃO CNSP Nº 468, DE 25 DE ABRIL DE 2024</u></a>	Dispõe sobre o Regimento Interno da Susep.

## PORTARIAS SUSEP

Data	Documento	Resumo
28-Fev-2025	<a href="#"><u>PORTARIA SUSEP N° 8370, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025</u></a>	Delegar ao Corregedor da Superintendência de Seguros Privados - Susep, a competência para a instauração e a condução de processos administrativos para apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas.
15-Mai-2025	<a href="#"><u>PORTARIA SUSEP N° 8.395, DE 15 DE MAIO DE 2025</u></a>	Esta portaria delega ao Corregedor da Superintendência de Seguros Privados - Susep a competência para exercer, por meio da instauração de Admissibilidade Inicial - ADI ou por Investigação Preliminar Sumária - IPS, o juízo de admissibilidade anterior à eventual instauração de processo administrativo disciplinar quando se tratar de notícia de irregularidade (denúncias ou representações) em desfavor de servidor de cargo comissionado de nível CCE-15, ocupante ou não de cargo efetivo.

## PORTARIAS E INSTRUÇÕES NORMATIVAS CGU

Data	Documento	Resumo
08-Ago-2019	<a href="#"><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU 13/2019</u></a>	Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
16-Fev-2022	<a href="#"><u>PORTARIA SGP/SEDGG/ME N° 1.455, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u></a>	Dispõe sobre a atualização e a validação obrigatórias de dados cadastrais pessoais e funcionais dos agentes públicos civis do Poder Executivo Federal.
11-Out-2022	<a href="#"><u>PORTARIA NORMATIVA CGU N° 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022</u></a>	Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
22-Abr-2024	<a href="#"><u>PORTARIA NORMATIVA 123, DE 22 DE ABRIL DE 2024</u></a>	Altera a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.